

'Medusa com a cabeça de Perseu' como contradiscurso: uma análise discursiva do mito para um deslocamento de sentidos

Natalie Farias*

<https://orcid.org/0000-0001-9579-4242>

Elaine Pereira Daróz**

<https://orcid.org/0000-0001-6084-7850>

Resumo: Diversas práticas de violência contra a mulher ainda se mantêm naturalizadas, materializadas por discursos (re)produzidos em narrativas consideradas clássicas. Este trabalho objetiva uma análise dos efeitos de sentidos produzidos pelo mito da Medusa e seu funcionamento nessas práticas, sobretudo onde há a culpabilização da mulher vítima de estupro. A pesquisa, de caráter qualitativo, apoia-se na Análise de Discurso francesa (AD), com enfoque no conceito de formações imaginárias, para compreender como certas posições de sujeito são projetadas e atualizadas na circulação desses discursos. A escultura *Medusa com a cabeça de Perseu* é mobilizada como contradiscurso, promovendo possíveis deslocamentos na ordem social.

Palavras-chave: Mulher. Análise do Discurso. Formações imaginárias. Culpabilização.

'Medusa with the head of Perseus' as counter-discourse: a discursive analysis of the myth for a displacement of meanings

Abstract: Various practices of violence against women are still normalized, materialized through discourses (re)produced in narratives considered classic. This work aims to analyze the effects of meanings produced by the myth of Medusa and its operation in these practices, especially where the woman victim of rape is blamed. The research, of a qualitative nature, relies on French Discourse Analysis (FDA), focusing on the concept of imaginary formations, to understand how certain subject positions are projected and updated in the circulation of these discourses. The sculpture *Medusa with Perseus' head* is mobilized as a counter-discourse, promoting possible shifts in the social order.

Keywords: Woman. Discourse Analysis. Imaginary Formations. Blaming.

* Universidade Católica de Pernambuco. Mestranda em Ciências da Linguagem, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, na UNICAP, com segunda graduação em Letras Português/Inglês também pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: nataliefarias@gmail.com.

** Universidade Católica de Pernambuco. Professora, pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da UNICAP, pós-doutorado na Universidade de São Paulo, (USP/FFCLRP/ FAPESP), Doutora em Estudos de Linguagem pela UFF/CAPES e Mestre em Ciências da Linguagem também pela Unicap. E-mail: elaine.daroz@unicap.br.



‘Méduse avec la tête de Persée’ comme contrediscours : une analyse discursive du mythe pour un déplacement de sens

Résumé : Diverses pratiques de violence contre les femmes restent encore naturalisées, matérialisées par des discours (re)produits dans des récits considérés comme classiques. Ce travail vise à analyser les effets des significations produits par le mythe de Méduse et son fonctionnement dans ces pratiques, en particulier celles qui relèvent la culpabilisation des femmes victimes de viol. Cette recherche qualitative s'appuie sur l'analyse du discours française (AD), en mettant l'accent sur le concept de formations imaginaires, afin de comprendre comment certaines positions de sujet sont projetées et actualisées dans la circulation de ces discours. La sculpture Méduse avec la tête de Persée est mobilisée comme contre-discours, ouvrant la voie à d'éventuels bouleversements dans l'ordre social.

Mots-clés : Femme. Analyse du Discours. Formations imaginaires. Culpabilisation.

Introdução

A persistência de práticas que naturalizam a violência simbólica contra mulheres, revela o modo como determinados sentidos são historicamente estabilizados e atualizados na sociedade. Esses sentidos não surgem de forma isolada, mas são sustentados por discursividades que atravessam séculos e sobrevivem por meio de narrativas culturais, literárias, religiosas e míticas. Entre elas, destaca-se o mito da Medusa, cuja circulação e (re)atualização fomentam representações que corroboram para a objetificação, o silenciamento e a culpabilização feminina. Ao mobilizar essas narrativas fundadoras, a ideologia patriarcal se materializa em práticas que ainda hoje posicionam a mulher em um lugar de suspeição, culpa e vulnerabilidade discursiva. Assim, refletir sobre o funcionamento desses discursos torna-se fundamental para compreender como estruturas de dominação se sustentam e como contradiscursos podem emergir como possibilidade de deslocamento de sentidos. É nesse horizonte que este trabalho se desenvolve, articulando mitologia, práticas sociais contemporâneas e Análise de Discurso.

Pêcheux (1995) afirma que a materialidade concreta da instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas, as quais constituem comportamentos que não são nem individuais, nem universais, mas pertencem a “posições de classe” em conflito umas

com as outras. São essas formações que possibilitarão a produção do sentido de uma palavra, expressão ou proposição dentro de determinadas condições sócio-históricas de circulação do discurso.

Segundo Orlandi (2020), a AD reflete sobre a forma como a ideologia se manifesta na linguagem. Trabalha, portanto, a relação língua-discurso-ideologia, com a premissa de que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, sujeito este para o qual e por meio do qual a língua produz sentidos.

A ideologia dominante é (re)produzida ao ser materializada em discursos que a sustentam. Sua repetibilidade traz a naturalização dos sentidos e a sua (re)produção ganha forma de verdade. Regularizada em práticas por vezes injustas e violentas, faz-se necessária uma evidenciação de seus efeitos de sentidos para sua desnaturalização. Para isso, contradiscursos precisam estar constantemente sendo postos em funcionamento para efetivas mudanças sociais.

O processo discursivo permite que o sujeito tenha acesso não a acontecimentos pontuais, mas aos já-ditos estabilizados que farão com que ele se posicione dentro das práticas. A reprodução possibilitada por esses já-ditos é o que permite que as ideologias que construíram um passado ainda se façam presentes, fazendo ecoar sentidos ao longo dos séculos.

Para Pêcheux (2014a), todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias, as quais designam o lugar que os sujeitos do discurso atribuem a si mesmos, ao outro e ao objeto do discurso. São elas mecanismo de antecipação que darão origem às posições-sujeito.

Narrativas pertencentes ao considerado cânone literário podem promover o resgate de sentidos filiados à ideologia patriarcal. As formações imaginárias podem ser postas em funcionamento pelo resgate de sentidos (re)produzidos em mitos edificadores de valores e de práticas difundidas socialmente. Assim, as ideologias vão se propagando historicamente, mantendo modelos de sociedade que sobrevivem à história e se sustentam via discurso.

O destino das mulheres em sociedades patriarcais foi e ainda é traçado por meio de práticas de dominação, como afirma Beauvoir (2019, p. 112-113), “São eles (os homens)

que decidem se as divindades supremas devem ser femininas ou masculinas. O lugar da mulher na sociedade sempre é estabelecido por eles”. Ao mencionar o lugar da mulher na sociedade, a fala de Beauvoir (2019) nos remete à posição-sujeito mulher no discurso, antecipada por formações imaginárias filiadas ao discurso patriarcal. Da mesma forma, sua menção às divindades nos leva à construção dos mitos enquanto reflexo e (re)produção da ideologia dominante.

Algumas práticas patriarcais se mantêm ainda hoje naturalizadas devido à (re)produção de discursos resgatados de mitos ao longo dos milênios, contribuindo para o resgate de formações imaginárias (Pêcheux, 2014a) que compõem esse processo discursivo. Os mitos, portanto, (re)produzem e permitem a (re)produção da ideologia que centraliza o poder nas mãos do masculino.

A identificação do sujeito com determinados discursos inscreve-se no interior das formações discursivas que o determinam, permitindo a sua circulação, retomada e atualização. É nesse movimento que sentidos se estabilizam, uma vez que o sujeito, interpelado pela ideologia, (re)produz o já-dito que o antecede (Pêcheux, 1995). Nessa perspectiva, o mito da Medusa, amplamente difundido e sustentado pela memória discursiva, persiste porque é retomado a partir de formações discursivas filadas à ideologia patriarcal. Tal filiação orienta o que pode ou não ser dito e, conseqüentemente, o modo como a mulher é significada no discurso. Assim, a posição-sujeito mulher é antecipada por formações imaginárias (Pêcheux, 2014a) que projetam lugares sociais marcados pela culpabilização, efeito de um funcionamento discursivo que naturaliza sentidos historicamente atribuídos ao feminino.

Segundo Hilgert (2020), a figura de Medusa coloca em funcionamento uma rede significativa que sustenta sentidos fortemente alinhados à cultura do estupro. O mito, ao ser reiterado em diferentes materialidades discursivas, opera a partir de uma representação imaginária que naturaliza a culpabilização da vítima, a rivalidade feminina, a punição social direcionada às mulheres que denunciam crimes sexuais, bem como sua reclusão, exclusão e silenciamento. A autora mostra que a narrativa mítica não apenas dramatiza a violência sexual sofrida por Medusa, mas também a reinscreve em um regime de sentidos que responsabiliza a própria mulher pela agressão, deslocando

do agressor qualquer marca de culpa. Assim, o mito da Medusa funciona como um dispositivo de memória discursiva que articula histórias de violência e práticas sociais contemporâneas, contribuindo para a manutenção de posições-sujeito femininas associadas ao erro, à sedução e ao castigo. Para a Hilgert (2020), o mito da Medusa é, portanto, o mito da mulher: uma narrativa fundadora que organiza dizeres sobre o feminino, estabiliza sentidos que o associam ao perigo e ao desvio, e legitima mecanismos de controle e disciplinamento do corpo e da voz das mulheres.

Em contrapartida aos sentidos estabilizados pelo mito que, como aponta Hilgert (2020), sustentam práticas de culpabilização e silenciamento das mulheres, a evidenciação e o entendimento dos mecanismos discursivos que estruturam tais práticas podem favorecer a emergência de contradiscursos capazes de tensionar a ideologia dominante. A análise desses discursos, ao tornar visíveis os processos de naturalização que sustentam a violência de gênero, contribui para a mobilização social e para a atualização de sentidos sobre a posição-sujeito mulher. Nesse horizonte, Hilgert (2020, p. 43) observa que a proposta de repensar Medusa não é recente, uma vez que “várias escritoras, pensadoras, comentadoras, filósofas, intelectuais e feministas contemporâneas já se ocuparam em revisitar e ressignificar o mito de Medusa”. A recorrência dessas releituras evidencia a necessidade de uma persistência contra-discursiva, na qual diferentes práticas simbólicas buscam instaurar deslocamentos que desestabilizem sentidos cristalizados e contribuam para desnaturalizar práticas que ainda perpetuam a violência e a culpabilização feminina.

A culpa feminina encontra-se de tal maneira naturalizada que, apesar dessa persistência contra-discursiva, ainda práticas de violência por ela justificadas continuam sendo (re)produzidas. Por isso, justificamos mais esse esforço, objetivando o deslocamento de sentidos para uma desnaturalização de práticas de violência sexual contra mulheres e meninas apoiadas nessa culpa em constante resgate.

Neste trabalho, portanto, objetivamos analisar os discursos (re)produtores da culpabilização da mulher materializados em três obras de arte que retratam o mito da Medusa, e sua interrelação com três práticas de violência que vieram à tona nos últimos

11 anos. Esse percurso nos levou à análise da estátua *Medusa com a cabeça de Perseu*, do artista Luciano Garbati, como um contradiscurso à ideologia dominante.

Esse percurso inicial orientou o primeiro gesto analítico, que consistiu em resgatar e compreender a memória discursiva do mito tal como (re)elaborado por Ovídio em *Metamorfoses*. Para avançar nessa direção, adotou-se um método qualitativo de abordagem discursivo-analítica, mobilizando o conceito de formações imaginárias (Pêcheux, 2014a), articulado às noções de ideologia e posição-sujeito. Como formula Pêcheux, as formações imaginárias dizem respeito às imagens que os sujeitos constroem de si e do outro, regulando as posições que assumem no discurso. É nesse jogo de antecipações imaginárias que determinados sentidos se estabilizam, permitindo que a mulher seja projetada — tanto nas obras analisadas quanto em práticas sociais contemporâneas — como responsável pela violência que sofre.

A Medusa nas artes e a posição da mulher no discurso

O famoso mito da Medusa, na versão de Ovídio em *Metamorfoses* (Vargas, 2024; Hilgert, 2020), narra a decapitação da górgona por Perseu, após Atena descobrir a traição de Poseidon, que a violentara no interior de seu templo. A deusa, então, jura vingança, transformando-a em uma figura encarada como monstruosa, com a cabeça repleta de serpentes, sendo capaz de transformar em pedra qualquer homem que a olhasse. Não o bastante, Perseu, com o intuito de se casar com Hipodâmia, e por não possuir riquezas para competir com seus rivais, oferece a Polidectes a cabeça de Medusa, já tão temida. Atena, ao saber de seu interesse, e ainda com a sede de vingança, resolve ajudá-lo, presenteando-o com um escudo brilhante polido, que serviria para espelhá-la, permitindo a ele matá-la sem ser petrificado.

Discursos filiados a formações ideológicas patriarcais (re)produzem a narrativa como um mito de cunho triunfal, posicionando Perseu como herói, que, segundo Hilgert (2020, p.62), é visto pela História “como um vencedor, aquele que sobrepujou a Górgona

e livrou o mundo dos poderes malignos que transformavam homens em pedras”. E assim esse discurso foi sendo (re)produzido em obras de arte, como na obra de Caravaggio (1598), *A cabeça da Medusa*, a seguir na Figura 1.

Figura 1: *Cabeça de Medusa*, de Caravaggio



Fonte: ARTE - Fonte de Conhecimento: Cabeça de Medusa - Michelangelo Merisi Caravaggio (1598)

Acesso em: 05 set. 2025

No quadro, seu olhar atarrador e sua cabeça de serpentes, juntamente com a representação do sangue jorrando de seu pescoço cortado, perpetuam o cunho triunfal do mito. A imagem, enquanto materialidade discursiva, resgata o discurso do medonho, não naturalizado, que foi silenciado. Nesse caso tem-se o medonho na representação da mulher que é capaz de petrificar os homens com seu olhar, exercendo, portanto, controle sobre eles. São discursos filiados à ideologia patriarcal que delimitam o lugar da mulher dentro das práticas, continuamente reafirmado por formações imaginárias que antecipam sua posição-sujeito necessariamente sob o controle do masculino.

Nesse processo, as formações imaginárias projetam posições-sujeito previamente dadas: a mulher aparece como aquela que deve responder pelo acontecido, enquanto o agressor é simbolicamente apagado da cena. É essa antecipação imaginária que sustenta a lógica da culpabilização.

Essas mesmas formações podem ser resgatadas de materialidades que (re)produzem o mesmo discurso por um outro recorte. A Figura 2, a seguir, traz a imagem da escultura *Perseu com a Cabeça da Medusa* datada do século XVI, do artista

Benvenuto Cellini (1545-1554), que, ao contrário da obra de Caravaggio, busca evidenciar o triunfo do herói.

Figura 2: *Perseu com a Cabeça da Medusa*



Fonte: A polêmica e o realismo da escultura da Medusa onde o corpo feminino não é sexualizado Acesso em: 03 dez. 2025

Nota-se que o semblante de Perseu carrega um ar de missão cumprida à serviço de outrem, com sua cabeça levemente abaixada e em reverência. Discursivamente são reproduzidos sentidos associados ao heroísmo, com o herói posicionado não a serviço de si mesmo, mas sim de um povo ou de um propósito maior. Resgata-se formações imaginárias que associam o heroísmo ao homem quando se tem na materialidade essa faceta heroica atrelada ao corpo evidentemente masculino. Ao mesmo tempo, se tem o resgate de formações imaginárias que posicionam a mulher sob o seu domínio, quando, na escultura, Perseu encontra-se apoiado no corpo de Medusa, cujas formas femininas podem ser percebidas na imagem, onde um dos seios da Górgona está evidenciado.

Importante trazer para discussão como a obra retrata a separação do corpo e da cabeça femininos, que evidencia o corpo sendo pisado, controlado e dominado pelo herói, enquanto sua cabeça é arrancada, sendo exposta como morta, discursivamente

inutilizada. Ao contrário da Medusa de Caravaggio, a Medusa de Cellini traz uma expressão quase tão serena quanto a de Perseu, como se tivesse aceitado seu destino. Ressoam sentidos novamente de dominação do corpo feminino pelo homem e de seu silenciamento enquanto ser pensante, reafirmando seu lugar de objeto dentro da ideologia patriarcal.

Avançando no tempo, Antonio Canova produziu uma escultura neoclassicista também batizada como *Perseu com a cabeça da Medusa*, no ano de 1806 (Figura 3). A imagem traz novamente o herói masculinizado segurando a cabeça da Górgona.

Figura 3: *Perseu com a Cabeça da Medusa*



Fonte: Antonio Canova - Perseus with the Head of Medusa - Italian, Rome - The Metropolitan Museum of Art Acesso em: 03 dez. 2025

Em contraste com a escultura de Cellini, a obra de Canova desloca o foco do herói: dessa vez, o olhar de Perseu se dirige à própria cabeça de Medusa, ativando sentidos que remetem à admiração narcísica pelo seu feito. Esse gesto (re)posiciona o herói no discurso, não mais associado a um propósito maior, como no imaginário do heroísmo clássico, mas vinculado à sua realização individual enquanto sujeito dominador. Nesse movimento, reforça-se a lógica de apropriação do feminino e seu silenciamento. Além

disso, a ausência do corpo de Medusa na composição visual intensifica esse efeito, pois (re)produz discursivamente a privatização e a posse do corpo feminino, apagado como sujeito e retomado apenas como objeto do triunfo masculino. Nesse processo, as formações imaginárias projetam posições-sujeito previamente dadas: a mulher aparece como aquela que deve responder pelo acontecido, enquanto o agressor é simbolicamente apagado da cena. É essa antecipação imaginária que sustenta a lógica da culpabilização.

Socialmente, discursos materializados em obras de arte eternizaram o mito da Medusa, possibilitando que seus efeitos de sentido promovessem a objetificação e o silenciamento da mulher. No entanto, as formações imaginárias que antecipam a posição-sujeito mulher nessas configurações são postas em funcionamento por meio de um argumento necessário para a seu resgate: a culpa feminina.

Os ditos sobre Medusa não foram (re)produzidos levando-se em conta os motivos que a fizeram transfigurar-se, os quais foram motivados pela naturalização dessa culpa. No mito, Medusa é escolhida por Poseidon. No entanto, ela não o escolheu, tendo sido vítima de uma relação não consensual. Sofreu estupro e foi culpabilizada. A vontade masculina, portanto, é consumada em ato naturalizado como não criminoso pelo discurso dominante, que o livra da culpa, a qual, por sua vez, recai sobre a mulher.

Outros mitos também fazem funcionar os mesmos sentidos, como o de Pandora, que, segundo Bulfinch (2002), em uma primeira versão, ao se deparar com uma caixa onde Epimeteu reunia artigos malignos, foi tomada por curiosidade, abrindo-a e liberando os males para o mundo; em uma segunda versão, essa caixa continha as benesses para sua união com Epimeteu, perdendo-as, restando apenas a esperança.

Nesses casos encontra-se (re)produzido também o mito adâmico, no qual à mulher é imputada a culpa pelo pecado original, quando a ela é direcionada a responsabilidade pela violação da regra (Araujo, 2020). “A mulher ficou associada à fraqueza, à fragilidade, à volúpia, à tentação, ao pecado” (Gebara, 1990, p. 28, *apud* Araujo, 2020). Para Robles (2019, p. 41): “Desde o ponto de vista do Gênesis, do Novo Testamento, do Talmude, do Alcorão, do hadith e da mariologia, a mulher é a menos racional, a mais profana do casal e a culpada pela queda da humanidade”.

Sabe-se que esse mito serviu de base para religiões abraâmicas, tendo sido transportado da Europa para outros territórios invadidos, sobrevivendo, então, em formações ideológicas que (re)produzem essa culpabilização da mulher, o que mostra que tempo e espaço juntos não têm a força do discurso, pois de seus dizeres funcionam sentidos que ainda se fazem presentes.

O discurso do mito (re)produzido em práticas de violência vigentes

Passando da esfera estética para práticas sociais contemporâneas, é possível observar como sentidos produzidos pelo mito continuam a operar na constituição da posição-sujeito mulher. A seleção das materialidades decorre da leitura empreendida na seção anterior, na qual observamos como diferentes representações artísticas da Medusa atualizam sentidos cristalizados sobre o feminino

Para esta análise, foram selecionados três casos amplamente midiáticos que reinscrevem sentidos da culpabilização feminina na contemporaneidade, permitindo analisar a circulação de sentidos filiados à memória discursiva do mito.

Na perspectiva da Análise de Discurso, compreender o funcionamento dos dizeres sobre a mulher exige considerar o processo de interpelação ideológica, tal como formulado por Pêcheux (1995). Para o autor, é por meio dessa interpelação que o indivíduo é constituído como sujeito, sendo convocado a ocupar determinadas posições no discurso. Essa constituição não se dá de modo consciente ou voluntário, mas pela inscrição do sujeito em formações discursivas que naturalizam sentidos historicamente produzidos. É nesse movimento que se estabilizam dizeres que projetam a mulher como responsável pela violência sofrida, permitindo que o mito da Medusa continue operando como matriz de leitura do feminino em práticas sociais contemporâneas.

A análise das materializações do mito da Medusa em obras de arte permite compreender como determinados sentidos sobre o feminino se estabilizam historicamente. Entretanto, para alcançar o objetivo deste trabalho — investigar como

tais sentidos são atualizados na contemporaneidade — é necessário observar como o mito continua a funcionar em práticas sociais que (re)produzem a culpabilização da mulher vítima de violência sexual. Nesta seção, examinamos casos concretos em que a memória discursiva do mito é reatualizada, evidenciando o modo como formações imaginárias patriarcais continuam operando na constituição da posição-sujeito mulher e na naturalização de práticas de silenciamento, exclusão e responsabilização da vítima.

Dentro de formações discursivas filiadas ao patriarcado, concordamos com Beauvoir (2019, p. 257) quando afirma que a mulher:

é infiel para além mesmo de seus desejos, seus pensamentos, sua consciência; pelo fato de ser encarada como objeto está entregue a toda subjetividade que resolve apossar-se dela; encerrada no harém, escondida sob véus, nem assim se tem certeza de que não inspire desejos a ninguém: inspirar desejo a um estranho já é estar em falta com o esposo e com a sociedade. [...] a mulher, sem motivo, pode ser suspeita, condenada à menor desconfiança [...] não há necessidade de demonstrar suas culpas: a ela é que cabe provar sua inocência.

Os discursos que objetificam e silenciam as mulheres, justificados por uma culpa feminina (re)produzida por formações ideológicas patriarcais, puderam ser analisados impulsionados pelo mito da Medusa e de sua materialização nas obras de arte anteriormente trabalhadas. A realização dessa análise abre portas, a partir desse ponto, para uma discussão sobre a (re)produção desses discursos em práticas de violência contra a mulher ainda vigentes.

Inicialmente, tomamos como exemplo um caso de 2014, quando o então deputado Jair Bolsonaro manifestou o que foi caracterizado como apologia ao estupro contra a deputada Maria do Rosário, como podemos observar a seguir, na Figura 4.

Figura 4: Apologia ao estupro em entrevista na Câmara dos Deputados

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=yRV98lm5zRs>. Acesso em: 06 jun. 2025

Na Figura 4, observa-se o funcionamento das posições-sujeito projetadas pelas formações discursivas patriarcais. Nessa materialidade visual, o gesto do homem — ao apontar o dedo indicador para a mulher — antecipa e atualiza posições-sujeito naturalizadas, remetendo à busca por confirmação da submissão do feminino e à tentativa de intimidação e silenciamento. Ao mesmo tempo, reafirma a posição-sujeito homem no discurso, sendo ele ocupado pelo sujeito que domina e silencia nessa relação. Esse mesmo funcionamento pode ser identificado em materialidades verbais, como no enunciado proferido pelo então deputado, local de reinscrição de sentidos que subordinam a mulher ao olhar e ao julgamento masculino.

Ao afirmar que “não a estupraria porque ela não merecia”, o então deputado reinscreve-se em formações discursivas patriarcais que sustentam a mulher como objeto sexual disponível à avaliação masculina. Tal enunciado só produz sentido porque se ancora em formações imaginárias que projetam a posição-sujeito mulher como corpo apropriável e hierarquicamente inferior, naturalizando sua objetificação e subordinando sua existência ao desejo masculino. Nesse funcionamento, opera uma lógica perversa segundo a qual o estupro aparece como algo passível de ser concedido ou negado pelo agressor, instaurando a ideia de que haveria um “merecimento” por parte da mulher. Essa antecipação imaginária abre espaço para interpretações que deslocam o estupro de sua condição de violência para uma suposta validação do corpo feminino, reforçando a estrutura ideológica que sustenta a dominação masculina. Assim, o enunciado contribui

para a manutenção das instituições patriarcais, ratificando discursos que assujeitam e silenciam o feminino.

Observa-se, ainda, uma interrelação da Figura 4 com a obra de Caravaggio (Figura 1), tendo-se uma mulher ocupando uma posição tradicionalmente atribuída ao masculino dentro da ideologia patriarcal — neste caso, o exercício de um cargo político. Tal deslocamento, ao ser lido pelo funcionamento patriarcal, ativa sentidos associados ao medonho, monstruoso, ao que deve ser combatido ou dominado.

Esse funcionamento evidencia que tais sentidos não emergem de escolhas individuais, mas do efeito de formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito sobre a mulher. É a memória discursiva (Pêcheux, 2015) que reinscreve o já-dito patriarcal, produzindo a ilusão de naturalidade nesses julgamentos. A luta pela manutenção do poder centrada no masculino pode ser evidenciada tanto nas práticas de apologia ao estupro, com a busca pela reafirmação do lugar de domínio ocupado pelo homem, quanto nos processos jurídicos pós ato criminoso.

Crimes de estupro contemporâneos continuam a evidenciar a vítima, que tem sua denúncia sistematicamente colocada sob suspeição. Mesmo quando comprovado o ato não consensual, a legitimidade da fala feminina ainda é questionada, revelando a persistência de formações discursivas que sustentam a desconfiança como efeito de sentido dominante. Tal funcionamento não se restringe ao plano individual, mas constitui práticas sociais mais amplas, sustentadas pela ideologia dominante.

Nesse cenário, a palavra da mulher não adquire força simbólica suficiente porque sua posição-sujeito é antecipada, no e pelo discurso, por formações imaginárias que historicamente a inscrevem como culpada, excessiva ou não confiável. Trata-se da reatualização de uma memória discursiva que projeta a mulher no banco dos réus, deslocando a atenção para seu comportamento, sua moral ou sua credibilidade, enquanto o agressor é frequentemente reposicionado como vítima de circunstâncias ou de “mal-entendidos”. Esse processo evidencia como o discurso dominante produz e legitima efeitos de sentido que silenciam, desqualificam e desresponsabilizam, reproduzindo a lógica patriarcal de dominação.

Um dos casos de estupro que recebeu a devida atenção foi o caso Mariana Ferrer, e a famosa tese final de estupro culposo. O que poderia ter resultado em um caso de estupro de vulnerável, previsto em lei, deu inocência ao réu, por alegação de falta de provas do entorpecimento da vítima (Mari, 2021). O acusado afirmou não saber do nível de torpor de Mariana, o que caracterizaria o ato como um estupro sem intenção de estuprar, tendo sido o réu, por isso, inocentado. Alegando desconhecimento do nível de entorpecimento, sua falta de provas para tal fato não deslegitimou seu dizer. No entanto, à vítima teria sido necessário apresentar tais provas. À parte de considerações de ordem jurídica, discursivamente tem-se o corpo da mulher disponível à serviço dos desejos do homem, sua voz silenciada e sua culpa naturalizada dentro das práticas dominantes.

O resgate da culpa feminina, sustentado por formações discursivas filiadas ao patriarcado, também se evidenciou ao longo do julgamento. Durante o processo, a vítima sofreu violência verbal por parte da defesa e omissão por parte do juiz, o que revela o funcionamento de sentidos que, historicamente, posicionam a mulher como responsável pela violência sofrida. A reação pública à condução do caso deu origem à Lei Mariana Ferrer (Brasil, 2021), que visa coibir práticas atentatórias à dignidade de vítimas e testemunhas. Embora não elimine a lógica patriarcal, essa legislação constitui uma ferramenta institucional que pode contribuir para a atualização de sentidos e para o reposicionamento da mulher nas práticas discursivas.

Assim, os enunciados mobilizados nesse tipo de prática jurídica atualizam o processo de interpelação ideológica (Pêcheux, 1995), constituindo sujeitos e reforçando posições que naturalizam a responsabilização feminina. Reconhecer esse funcionamento é fundamental para identificar as brechas pelas quais contradiscursos podem emergir e tensionar esses efeitos de sentido.

Deslocando Medusa: contradiscursos para a desnaturalização

Se, por um lado, a atualização do mito da Medusa em práticas sociais revela a persistência de sentidos que sustentam a violência de gênero, por outro, é no tensionamento desses sentidos que emergem possibilidades de deslocamento. Assim, para cumprir o objetivo deste artigo — analisar como contradiscursos podem desestabilizar a memória discursiva (Pêcheux, 2015) hegemônica que sustenta a culpabilização feminina, esta seção examina práticas discursivas que procuram ressignificar o mito. Ao mobilizar outras posições-sujeito e outros modos de significar a figura de Medusa, tais materialidades produzem rupturas no já-dito patriarcal e instauram aberturas para a desnaturalização das práticas que silenciam e responsabilizam mulheres.

A possibilidade de deslocar sentidos é atestada por Pêcheux (2015), para o qual todo dizer, discursivamente, é um deslocamento nas redes de filiações (históricas) de sentidos. Em outro trabalho (Pêcheux; Gadet, 2014, p.115) complementa: “...cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções”. Sendo assim, todo discurso permite a possibilidade de desestruturação-reestruturação.

Apesar dessa possibilidade, mudanças significativas dentro das práticas requerem uma constante tentativa de evidenciação e deslocamentos de sentidos. A ideologia dominante tende a lutar pelo seu posto. Por isso, o deslocamento de sentidos, dentro de um sistema dominante alicerçado também em mitos fundadores da sociedade, parece não ocorrer tão facilmente.

As formações imaginárias são produto de atravessamentos dos sujeitos pelo discurso, possibilitando que mesmo a mulher vítima de estupro silencie, acometida pelo sentimento de vergonha pelo assédio que sofreu. Discursos que resgatam a mulher culpada tanto ressoam na vítima como também reprimem outras mulheres de denunciar crimes de abuso e violência sexual, pois correm o risco de serem reafirmadas em sua posição-sujeito mulher culpada.

Em um movimento que simboliza um contradiscurso relevante para o deslocamento dos sentidos que objetificam, silenciam e culpabilizam a mulher vítima de violência sexual, vale a pena mencionar o caso de Gisèle Pelicot, francesa que foi por mais de 10 anos drogada por seu marido, e estuprada por dezenas de homens. Graças a sua renúncia ao anonimato, a repercussão do seu caso promoveu protestos na França em apoio a ela e contra a violência sexual, e mobilizou milhares de pessoas ao redor do mundo (BBC News, 2024).

Possivelmente, seu deslocamento em relação a formações ideológicas patriarcais, juntamente a um movimento crescente que luta pela igualdade de gêneros, a fizeram optar pelo não silenciamento. Sua voz pôde ser ouvida, sendo fortalecida por vozes de sujeitos que se identificaram com o discurso (re)produzido por sua denúncia, tendo sido eles também vítimas de um mesmo crime ou não.

Ainda são necessárias múltiplas vozes consonantes para que a mulher seja ouvida. Movimentos como o #metoo, de escala global que visa dar força à luta contra o assédio e outros tipos de violência sexual contra mulheres e meninas, mostram-se essenciais para o deslocamento discursivo e o reposicionamento do feminino nas práticas.

Foi ancorado por esse movimento que, em 2020, uma estátua foi instalada em um parque em Nova York, em frente ao tribunal onde Harvey Weinstein, ex-produtor de cinema americano, foi condenado, nesse mesmo ano, a 23 anos de prisão por estupro e ato sexual criminoso contra mulheres. O artista, o argentino-italiano Luciano Garbati, afirma que a obra (Figura 5) dá novo significado à conhecida história da mitologia grega (G1, 2020).

Figura 5: *Medusa com a cabeça de Perseu*, de Luciano Garbati



Fonte: [La Escultura De Medusa De Luciano Garbati - REVISTA LITERARIA EL CANDELABRO](#) Acesso em: 18 set. 2025

A estátua se apresenta como um contradiscurso direto às duas estátuas já analisadas, apresentadas nas Figuras 2 e 3. Na obra de Garbati, Medusa ocupa a posição anteriormente ocupada pelo herói da narrativa. Seu corpo nu e não sexualizado evidencia a mulher deslocada de narrativas patriarcais. Em uma aparente referência direta às estátuas de Cellini e Canova, ela materializa esse contradiscurso ao mostrar a Medusa portando sua espada em sua mão esquerda e segurando a cabeça de Perseu com sua mão direita.

Interessante perceber que ambas suas mãos se encontram abaixadas. Por um lado, a espada abaixada pode estar associada a um contradiscurso que luta contra práticas de violência. Por outro lado, a cabeça de Perseu abaixo de sua cintura, e, portanto, abaixo de sua própria cabeça, e atrás da linha lateral do seu tronco pode estar associada à luta contra a submissão ao masculino.

Além disso, as posições dos braços analisadas em conjunto podem simbolizar um contradiscurso em relação à posição que o herói ocupa dentro dos discursos patriarcais.

Resgata-se, para isso Perseu na escultura de Cellini (Figura 2), que, apesar de inclinar levemente a cabeça em reverência a um propósito maior, está com os dois braços erguidos, (re)produzindo o discurso do triunfo atrelado a um ato violento. Na escultura de Garbati, Medusa traz um novo olhar à construção do heroísmo ao apresentar sua cabeça inclinada levemente para baixo em reverência também a um propósito maior, nesse caso a serviço das mulheres, revelando-se esse heroísmo não em atos que mostram a violência como triunfante, mas sim em lutas necessárias. Além disso, seu olhar desnaturaliza sentidos associados ao silenciamento feminino, por meio do qual se posiciona não mais como um alvo da culpa e da vergonha, entregue a seu destino. Ao contrário da Medusa de Cellini (Figura 2), a de Garbati se posiciona como um sujeito capaz de responder e lutar.

Ressignificar é possível por meio de um revelar daquilo que estava naturalizado no comportamento e nas formações ideológicas de uma sociedade. A análise discursiva permite o deslocamento de sentidos que se revelam nas práticas. Foram trazidos como exemplos, nesse trabalho, casos de violência física e verbal contra mulheres cujas vozes ressoam mais facilmente, podendo, desta forma, se unir a outras vozes. Assim transcorreu com os casos de Mariana Ferrer, blogueira, de Maria do Rosário, no campo político, e o caso que revela a frieza com que o corpo de uma mulher pode ser usado, objetificado, como no caso de Gisèle Pelicot, escandaloso, portanto, e, por isso, amplamente divulgado. São casos importantes que abalam consideravelmente o cenário discursivo, permitindo uma possibilidade de resignificar o lugar da mulher enquanto sujeito, inclusive por ela mesma, para que não se sinta intimidada e envergonhada a denunciar crimes cometidos contra si, até que eles sejam desnaturalizados das práticas.

Casos de grande repercussão atingem um número maior de sujeitos, possibilitando que o movimento em prol de mudanças nas dinâmicas sociais alcance realidades inseridas, infelizmente, no cotidiano de muitos países, como é caso do Brasil. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025), em seu Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, com dados relativos a 2024, estupro e estupro de vulnerável, alcançaram uma taxa de 41,2 casos por grupo de 100 mil habitantes, um crescimento de 0,9% em relação 2024. Em números absolutos, foram registradas 87.545 vítimas no Brasil

no ano passado, dentre elas 87,7% são pessoas do sexo feminino, 61,3% com idade entre 0 a 13 anos, e 55,6% são negras.

A busca e a apresentação dessa estatística já podem ser encaradas como ações inseridas em um movimento de resistência e contradiscurso. Sua divulgação também representa uma união de vozes capaz de mobilizar sujeitos e instituições na luta contra a violência sexual de mulheres e meninas, desnaturalizando práticas que resgatam sua culpa (re)produzida por discursos dominantes.

Considerações finais

Apesar dos avanços sociais em direção à igualdade de gênero nas últimas décadas, impulsionados por movimentos feministas que tensionaram práticas e discursos historicamente naturalizados, observamos que a ideologia dominante continua a ser (re)produzida. Ela não se mantém idêntica a si mesma, mas se atualiza, reacomodando-se às transformações sociais para assegurar sua permanência. Nesse processo, o discurso patriarcal reorganiza seus modos de funcionamento, reinscrevendo sentidos que sustentam posições-sujeito e modos de interpretação do feminino.

O discurso se materializa em objetos culturais diversos, como textos literários e obras de arte, que operam como lugares de inscrição da memória discursiva e permitem a circulação de sentidos filiados a formações ideológicas dominantes. Analisar essas materialidades torna possível compreender como determinados dizeres se estabilizam, como projetam posições-sujeito e como produzem efeitos de sentido que tanto podem reafirmar quanto tensionar a ideologia patriarcal.

O mito da Medusa funciona, nesse cenário, como um dispositivo discursivo que historicamente sustentou a culpabilização da mulher vítima de violência sexual. Sua memória se atualiza em práticas sociais contemporâneas, nas quais o corpo feminino é objeto de suspeição e sua palavra é constantemente deslegitimada. Em contrapartida, obras como Medusa com a cabeça de Perseu, de Luciano Garbati, operam como

contradiscursos ao deslocarem sentidos cristalizados e ao reconfigurarem a posição da górgona no imaginário social. Nessa resignificação, a obra convoca a pensar novas possibilidades de inscrição da posição-sujeito mulher.

O embate por significação é permanente: diferentes formações discursivas disputam o sentido, buscando posicionar e reposicionar sujeitos. Ainda que interpelado pela ideologia dominante, o sujeito pode se contra identificar com ela, produzindo fissuras na cadeia de sentidos. Contudo, tais deslocamentos costumam ser acompanhados por mecanismos de repressão que visam reconduzi-lo à posição historicamente atribuída. Esse movimento é especialmente evidente quando a mulher rompe, ainda que parcialmente, com a formação discursiva que a interpela. Sua fala é então capturada por dispositivos de suspeição, sobretudo em denúncias de violência sexual, nas quais o corpo jurídico frequentemente atua como instância de silenciamento e redistribuição de culpa.

Mesmo assim, contradiscursos coletivos, como o movimento #MeToo e a publicização massiva de denúncias de violência sexual, abrem brechas na ordem ideológica. Esses movimentos tensionam a memória discursiva patriarcal ao reinscrever a mulher como sujeito de fala legítima, produzindo deslocamentos que desestabilizam o já-dito que sustenta sua culpabilização. São nesses gestos de resistência que se evidenciam possibilidades de reconfiguração das práticas discursivas e das posições-sujeito.

As reconfigurações produzidas por gestos de contra identificação abrem espaço para novas formas de significar o feminino e para deslocamentos na estrutura social. A análise discursiva, ao revelar o funcionamento dos sentidos, dos silenciamentos e dos mecanismos ideológicos que estruturam práticas de violência simbólica e material, mostra-se uma ferramenta fundamental para compreender e tensionar as condições de repetição dessas práticas. Ao evidenciar os efeitos de sentido que sustentam a culpabilização da mulher e ao analisar contradiscursos que buscam desfazer tais naturalizações, esta investigação aponta para a possibilidade de que novos sentidos circulantes contribuam para a desestabilização da ideologia patriarcal e para a construção de práticas que não reiterem a violência.

Referências

A intrigante estátua de Medusa em homenagem ao movimento MeToo em Nova York. Mundo. **G1 (por BBC News)**, 23 out. 2020. Disponível em: A intrigante estátua de Medusa em homenagem ao movimento MeToo em Nova York | Mundo | G1. Acesso em 01 ago 2025.

ARAUJO, Sandra Helena Rios. **A mulher, o pecado e Jesus**. Paralellus, Recife, v. 11, n. 27, mai./ago., p. 209-223, 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo: fatos e mitos**. Vol. 1; tradução Sérgio Milliet – 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BRASIL. **Lei Nº 14.245, de 22 de novembro de 2021**. Altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 23 nov. 2021.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia (A idade da fábula): histórias de deusas e heróis**. 26. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

COMO francesa drogada pelo marido para ser estuprada por dezenas de homens se tornou símbolo de luta. **BBC News Brasil**. 19 setembro 2024. Disponível em: Como Gisèle Pelicot, francesa drogada pelo marido para ser estuprada, se tornou símbolo de luta contra a violência sexual - BBC News Brasil. Acesso 19 Jul 2025.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025.pdf Acesso em: 01 set 2025

HILGERT, L. H. **O arcaico do contemporâneo: medusa e o mito da mulher**. Lampião, v. 1, n.1, p. 41-70, 2020.

MARI, João de. Justiça mantém absolvição de acusado de estupro Mariana Ferrer. **CNN Brasil**. 07 Out 2021. Disponível em: Justiça mantém absolvição de acusado de estupro Mariana Ferrer | CNN Brasil Acesso em: 04 Set 2025.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. A língua inatingível. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos Seleccionados por Eni Puccinelli Orlandi, 4. ed. Campinas,: Pontes Editores, [1991] 2014. p. 93-105.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethania S. Mariani et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1969] 2014a. p. 59-158.

PÊCHEUX, M. Leitura e memória: projeto de pesquisa. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes editores, [1990] 2014b. p. 141-150.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, [1983] 2015. p. 43-51.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi *et al.* 2. ed. – Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 1995.

ROBLES, Martha. **Mulheres, mitos e deusas**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2019.

VARGAS, V. M. “**Medusa já fora uma bela mulher**”: histórias entrelaçadas e a construção da imagem da Górgona nas Metamorfoses de Ovídio. Dissertação. UFSC. Florianópolis, SC. 2024.

Recebido em 22/09/2025.

Aprovado em 10/12/2025.